



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
CONTRATO Nº 13/2021

PROCESSO Nº 08657.104761/2019-45

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº **13/2021**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA ESTRANGEIRA **MKU LIMITED** CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE CAPACETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA PARA USO DO EFETIVO ORDINÁRIO

A união, por intermédio da **Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 21.240-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr Superintendente, **Romulo Ferreira da Silva**, nomeado pela Portaria nº 405, de 12 de Maio de 2021, publicada no *DOU* de 13 de Maio de 2021, inscrito no CPF nº 092.485.247-02, portador da Carteira de Identidade nº 0123160996 DIC/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, e **MKU LIMITED**, fornecedor estrangeiro, sediada em 13, Gandhi Gram, G.T. Road Kanpur - 208 007. U.P, Índia, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante comercial brasileiro, Sr. **Franco Giffone**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.597.927-4 e CPF nº 257.875.238-90, tendo em vista o que consta no Processo nº 08657.104761/2019-45 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 09/2021 e da ata de registro de preços 12/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **capacetes de proteção balística**, com o objetivo de equipar o efetivo ordinário da Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MARCA	MODELO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	COTAÇÃO PTAX	TOTAL (US\$)	TOTAL (R\$)	PRAZO DE GARANTIA
01	Capacetes de Proteção Balística para uso do efetivo ordinário conforme Termo de Referência e anexos	103985	MKU	MKH/ HI-CUT -7	450	US\$ 235,77	R\$ 1.303,06	R\$ 5,5266	US\$ 106.096,50	R\$ 586.377,00	5 ANOS

1.3. A tabela acima reflete os preços em Reais conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação e representam apenas os valores registrados nos sistemas da administração pública, tendo em vista que os mesmos só trabalham na moeda nacional. No entanto o **preço do produto está efetivamente fixado em Dólares americanos**.

1.4. O efetivo valor a ser pago em moeda nacional continuará a ser atualizado pela cotação PTAX vigente na data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.

1.5. O Quantitativo de 450 unidades será dividido através da seguinte configuração:

1.5.1. Tamanho médio (56-59 cm): 360 Unidades (306 com olho dominante direito; 54 com olho dominante esquerdo);

1.5.2. Tamanho Grande (59-62 cm): 90 Unidades (76 com olho dominante direito; 14 com olho dominante esquerdo).

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura e se encerra em 21/09/2022 (21 de Setembro de 2022), prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. Tendo em vista os fundamentos já expostos na cláusula 1.3, para efeito de registro nos sistemas da administração pública o valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 586.377,00**.

3.1.1. O valor acima foi obtido conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação. Esse será o valor registrado nos sistemas da PRF.

3.1.2. **Como o pagamento é feito em moeda estrangeira (dólares americanos), o efetivo custo do objeto em Reais à administração pública será atualizado pela cotação PTAX até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, confecção da carta de crédito de importação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irredutível.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal do cidade do Rio de Janeiro/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 2021

ROMULO FERREIRA DA SILVA
Superintendente de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Ordenador de despesas

TESTEMUNHAS:

- 1- EDUARDO DA FONSECA MARTINS
- 2- LUIZ RICARDO MESQUITA MARTINS

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Franco Giaffone, Usuário Externo**, em 23/09/2021, às 16:19, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 24/09/2021, às 10:45, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ RICARDO MESQUITA MARTINS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 24/09/2021, às 14:42, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DA FONSECA MARTINS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 24/09/2021, às 14:43, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35017884** e o código CRC **33D782CF**.



Referência: Processo nº 08657.104761/2019-45



SEI nº 35017884

munido do comprovante de matrícula impresso e do enxoval completo descrito no subitem 8.6.1 do Edital Concurso PRF nº 32, de 21 de setembro de 2021, e suas alterações.

2.2.2 Por ocasião da apresentação prevista no subitem anterior, será necessária a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação válida e sem impedimentos.

2.3 O CFP, de caráter eliminatório e classificatório, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, pelo Edital Concurso PRF nº 1, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações, pelo Edital Concurso PRF nº 32, de 21 de setembro de 2021, e suas alterações, e pelo presente edital.

2.3.1 É dever do candidato tomar conhecimento do contido na regulamentação do CFP mencionada no subitem anterior, submetendo-se aos seus termos no ato da matrícula para o CFP-PRF/2021.

2.4 Os candidatos convocados por meio deste edital deverão observar os procedimentos descritos nos itens 5 (Da Matrícula no CFP), 7 (Da Candidata Gestante), 8 (Do Curso de Formação Policial - CFP), 9 (Da Avaliação Psicológica Continuada e(ou) Emergencial) e 10 (Da Avaliação de Saúde Continuada) e 11 (Das disposições finais) do Edital Concurso PRF nº 32, de 21 de setembro de 2021, e suas alterações.

3 DO PEDIDO DE FINAL DE FILA

3.1 Observado o disposto no subitem 4.2 do Edital Concurso PRF nº 1, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações, e neste edital, o candidato convocado para o CFP, em segunda chamada, poderá solicitar a sua reclassificação para a última posição da turma seguinte.

3.1.1 O documento com o pedido de final de fila, cujo modelo consta do Anexo I deste edital, deverá ser enviado, via upload, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/prf_21, no período das 10 horas do dia 25 de setembro de 2021 às 18 horas do dia 26 de setembro de 2021, observado o horário oficial de Brasília/DF, juntamente com documentação de que trata o subitem 5.2 do referido edital.

3.2 A vaga desocupada em razão do pedido de final de fila será destinada ao candidato com classificação subsequente.

SILVINEI VASQUES
Diretor-Geral

ANEXO I

PEDIDO DE FINAL DE FILA

Eu, _____, aprovado(a) e classificado(a) em _____ lugar, na primeira etapa do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, Padrão I da Terceira Classe, regido pelo Edital Concurso PRF nº 1, de 18 de janeiro de 2021, REQUEIRO a inclusão do meu nome ao final da lista dos aprovados, em razão de não ter interesse, nesse momento, em ser nomeado no referido cargo.

_____, _____ de _____ de _____.

Nestes termos,
pede deferimento.

Assinatura com firma reconhecida

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE DOAÇÃO DE BENS Nº 2/2021 - UASG 200114

Nº Processo: 08655.036246/2021-60

Doador: A União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Bahia - SPRF/BA, CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0109-56. Donatário: Prefeitura Municipal de Ourorândia-BA, CNPJ/MF sob nº 16.444.150/0001-24. Objeto: Veículo CHEVROLET S10 placa OVQ-5532, classificado como bem antieconômico/ocioso, ofertado no reuse.gov.br. Signatários: Antonio Sergio Mello Freitas, Superintendente Substituto da SPRF/BA; e José Raimundo Araújo de Souza, Prefeito do Município de Ourorândia-BA.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 200141 - SRPRF-DF

Número do Contrato: 4/2020.

Nº Processo: 08675.016530/2018-86.

Pregão. Nº 2/2019. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-DF. Contratado: 14.272.924/0001-51 - BRG ENGENHARIA E SERVICOS LTDA. Objeto: Acréscimo do prazo de vigência do contrato administrativo nº 04/2020, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 27 de julho de 2021, com fundamento no art. 57, §1º, (indicar o inciso), da lei nº 8.666/93, e o acréscimo de 12,76% no valor original do contrato, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "b" e §1º, da lei nº 8.666/93;. Vigência: 27/04/2020 a 27/09/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 270.341,75. Data de Assinatura: 27/07/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 27/07/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2021 - UASG 200141 - SRPRF-DF

Número do Contrato: 9/2017.

Nº Processo: 08675.002599/2017-41.

Pregão. Nº 6/2017. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-DF. Contratado: 03.935.660/0001-52 - CIDE- CAPACITACAO, INSERCAO E DESENVOLVIMENTO. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato nº 09/2017 para a prestação de serviço de agente de integração para o preenchimento de vagas para estagiário, com a atribuição de intermediar junto a instituições de ensino médio e superior. Vigência: 27/09/2017 a 26/09/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 8.471,28. Data de Assinatura: 24/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2021 - UASG 200122 - SRPRF-PB

Nº Processo: 08663.005588/2020-58.

Pregão Nº 6/2021. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PB. Contratado: 08.542.800/0001-46 - FL INFORMATICA LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação de acesso à rede mundial de computadores "internet". Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 21/09/2021 a 20/09/2022. Valor Total: R\$ 8.599,94. Data de Assinatura: 21/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº VI-2021

Leilão de Veículos - Ano 2021 - SPRF-PR.

Objeto: Leilão de veículos conservados (destinados a circulação), sucatas aproveitáveis e sucatas aproveitáveis com motor inservível, recolhidos nos pátios da Polícia Rodoviária Federal da 2ª Delegacia Regional de Pato Branco e 5ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências em edital. Retirada do edital no site www.kronbergleiloes.com.br.

Datas do Leilão e locais de visitação:

16/10 - Sábado - Sucatas Aproveitáveis e Sucatas Aproveitáveis com Motor Inservível - Pátios dos Municípios de Foz do Iguaçu, Pato Branco, Capanema, Lapa e General Carneiro (09:00h);

23/10 - Sábado - Conservados (circulação) - Pátios dos Municípios de Foz do Iguaçu, Pato Branco, Capanema, Lapa e General Carneiro (09:00h).

O Leilão ocorrerá exclusivamente na modalidade online no site www.kronbergleiloes.com.br.

Demais informações pelo e-mail crl.pr@prf.gov.br e telefone (41) 3535-1939.

SERGIO PACIÊNCIA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Regional de Gestão de Pátio e Leilão

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Reajuste de preços no percentual de 10,18% (dez inteiros e dezoito centésimos por cento) sobre o saldo remanescente do contrato nº 07/2020, então celebrado junto à empresa construtora j r oliveira ltda, e que objetiva a contratação de serviços para fornecimento de material e mão de obra destinados à construção da delegacia e da unidade operacional de caruaru.

(COMPRASNET 4.0 - 27/09/2021).'

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 200127 - SRPRF-PI

Número do Contrato: 19/2020.

Nº Processo: 08668.001901/2020-39.

Pregão. Nº 13/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PI. Contratado: 02.249.758/0001-93 - ZAPP COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses e alteração quantitativa do objeto contratado. Vigência: 09/11/2021 a 09/11/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 41.279,59. Data de Assinatura: 24/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 200127 - SRPRF-PI

Número do Contrato: 16/2020.

Nº Processo: 08668.001731/2020-92.

Pregão. Nº 12/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PI. Contratado: 18.290.324/0001-77 - PROGREDIR COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Vigência: 18/09/2021 a 18/09/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 54.940,00. Data de Assinatura: 14/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 14/09/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2021 - UASG 200116 - SRPRF-RJ

Nº Processo: 08657.104761/2019-45.

Pregão Nº 9/2021. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ.

Contratado: 257.875.238-90 - FRANCO GIAFFONE. Objeto: Aquisição de capacetes de proteção balística para uso do efetivo ordinário.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 24/09/2021 a 21/09/2022. Valor Total: R\$ 586.377,00. Data de Assinatura: 24/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

EXTRATO DE DOAÇÃO

A União, nos termos do Art. 20 § 2º Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, torna público o Termo de Doação 04/2021-SPRF-RR, que entre si celebram a SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RORAIMA (SPRF-RR), doadora, e o ESTADO DE RORAIMA, donatária, representado pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN/RR), conforme o Processo SEI n. 08676.002873/2019-34, no dia 16 de setembro de 2021, tendo como objeto de doação os veículos: placa JKO-1661, marca/modelo HONDA/NC 700X, ano fabricação/modelo 2012/2013, chassi 9C2RC6420DR000386, motor RC64E2D000386, preço FIPE R\$ 22.391,00, código FIPE 811111-1; JKO-1491, marca/modelo HONDA/NC 700X, ano fabricação/modelo 2012/2013, chassi 9C2RC6420DR000473, motor RC64E2D000473, preço FIPE R\$ 22.391,00, código FIPE 811111-1; JKO-1771, marca/modelo HONDA/NC 700X, ano fabricação/modelo 2012/2013, chassi 9C2RC6420DR000445, motor RC64E2D000445, preço FIPE R\$ 22.391,00, código FIPE 811111-1; placa JJZ-9991 marca/modelo HONDA/NC 700X, ano fabricação/modelo 2012/2013, chassi 9C2RC6420DR000618, motor RC64E2D000618, preço FIPE R\$ 22.391,00, código FIPE 811111-1; placa OAJ-3857, marca/modelo FIAT/LINEA ESSENCE 1.8, ano fabricação/modelo 2012/2012, chassi 9BD1105BDC1552222, motor 370A00112251620, preço FIPE R\$ 28.182,00, código FIPE 0013540-4; placa OAJ-3867, marca/modelo FIAT/LINEA ESSENCE 1.8, ano fabricação/modelo 2012/2012, chassi 9BD1105BDC1552224, motor 00476771501, preço FIPE R\$ 28.182,00, código FIPE 001354-4, encontrando-se o donatário obrigado ao contexto do uso do bem para fins legais e adstrito ao interesse público.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 200117 - SRPRF-SP

Número do Contrato: 22/2020.

Nº Processo: 08658.013021/2018-18.

Pregão. Nº 7/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SP. Contratado: 65.520.470/0001-21 - STERCLIMA AR CONDICIONADO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência e ressaltar o direito ao reajuste dos preços contratados. Vigência: 03/11/2021 a 03/11/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 15.799,56. Data de Assinatura: 27/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 27/09/2021).

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Repactuação dos valores contratados.

(COMPRASNET 4.0 - 27/09/2021).'

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Repactuação dos valores contratados.

(COMPRASNET 4.0 - 27/09/2021).'





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2021

A Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 21.240-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada por **Romulo Ferreira da Silva**, superintendente, nomeado pela Portaria nº 407 de 12 de Maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 13 de Maio de 2021, inscrito no CPF nº 092.485.247-02, portadora da Carteira de Identidade nº 0123160996 DIC/RJ, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2021, publicada no Diário Oficial da União de 28/04/2021 seção 3, processo administrativo nº 08657.104761/2019-45, RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **Capacetes Balísticos**, com o objetivo de equipar o efetivo ordinário da Polícia Rodoviária Federal, especificado no item 01 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 09/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que se seguem:

Item	Fornecedor estrangeiro: MKU LIMITED . CIN: U19202UP2001PLC026027. Endereço: 13, Gandhi Gram, Kanpur - Índia.									
	Representante comercial: Franco Giffone . CPF: 257.875.238-90. Identidade: 13.597.927-4. e-mail: franco@giffone.com.br									
	Especificação	CATMAT	Marca	Modelo	Quantidade	Valor Unitário (US\$)	Valor Unitário (R\$)	Cotação PTAX	Total (US\$)	Total (R\$)
01	Capacete Balístico para o efetivo ordinário da PRF conforme Anexo I - Termo de Referência e Anexo II	103985	MKU	MKH/HIGH CUT -7	450	US\$ 235,77	R\$ 1.303,06	R\$ 5,5266	US\$ 106.096,50	R\$ 586.377,00

2.2. Os valores em Reais (R\$) constantes na tabela acima representam apenas os dados que serão registrados nos sistemas da administração pública, tendo em vista a impossibilidade do sistema Comprasnet e demais sistemas de trabalharem com valores em moeda estrangeira. A cotação PTAX utilizada para a conversão em moeda nacional é a que foi fixada no edital de licitação.

2.3. Conforme opção exercida pelo fornecedor por receber o pagamento em moeda estrangeira nos termos do item 20.3 do edital, **o preço do produto está de fato fixado em dólares americanos**. Portanto, o efetivo custo do objeto em Reais (R\$) está sujeito à variação cambial pela cotação PTAX vigente na ocasião do efetivo pagamento ou confecção da carta de crédito de importação.

3. **VALIDADE DA ATA**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. A previsão de possibilidade de adesão a ata de registro de preços se justifica tendo em vista que as necessidades que motivaram a presente licitação também serem comuns a outros órgãos da PRF e outros órgãos externos, principalmente os de segurança pública, como as polícias civis e militares, que também sofrem com o mesmo tipo de enfrentamento à criminalidade, onde faz-se necessário o uso de capacetes de proteção balística.

4.3. Além do mais a criminalidade é dinâmica, fazendo com que outros estados da federação tenham que repentinamente combater indivíduos com armamento pesado, dinamismo esse que é incompatível com um novo processo licitatório. A existência de uma ata de registro de preços vigente com preços vantajosos se mostraria a solução mais adequada para um órgão externo ou interno para uma aquisição imediata para tal enfrentamento à criminalidade.

4.4. Diante disso considera-se prudente prever a possibilidade de adesão à presente ata de registro de preços desde que efetivamente demonstrada a necessidade e a vantagem para o órgão requisitante.

4.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.7. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.7.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.8. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.9.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

7.4. Em havendo efetiva contratação por parte da administração pública, A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65 § 1º da lei 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

FRANCO GIAFFONE
Representante comercial da MKU Limited

ROMULO FERREIRA DA SILVA
Superintendente de Policia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Ordenador de Despesas

PRF Documento assinado eletronicamente por **Franco Giaffone, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 13:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 30/08/2021, às 16:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **34985469** e o código CRC **29263A32**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00009/2021 (SRP)

Às 15:02 horas do dia 26 de agosto de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VILSON BEDIM VIANNA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 08657.104761/2019, Pregão nº 00009/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1

Descrição: Capacete policial

Descrição Complementar: Capacete balístico policial para o efetivo ordinário. Nível IIIA. Proteção adicional contra 9 mm FMJ RN 124gr e .44 Magnum SWC GC 240gr. Modelo SUPER HIGH CUT ou HIGH CUT. Peso máximo entre 1450 e 1500 gramas com 3% de tolerância.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 450

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Máximo Aceitável: R\$ 13.821,5200

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 100,00

Situação: Homologado

Adjudicado para: FRANCO GIAFFONE , pelo melhor lance de R\$ 1.800,0000 , com valor negociado a R\$ 1.303,0600 e a quantidade de 450 Unidade .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	26/08/2021 14:59:55	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: FRANCO GIAFFONE, CNPJ/CPF: 257.875.238-90, Melhor lance: R\$ 1.800,0000, Valor Negociado: R\$ 1.303,0600
Homologado	26/08/2021 15:02:45	VILSON BEDIM VIANNA	

Fim do documento

- Clique no número da licitação para ver a ata

Pregão Eletrônico

Nº do Pregão	Cód. UASG (Unid. de Compra)	Nome da UASG (Unid. de Compra)	Data de Realização
<u>92021</u>	200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	16/06/2021

[Voltar](#)